



DIÁRIO ELETRÔNICO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

Edição n. 2380

**Nesta Edição:**

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

Boletins.....	2
Editais.....	2

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Boletins de Pessoal.....	5
Súmulas de contratos.....	5

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Boletins.....	6
---------------	---

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Avisos.....	7
-------------	---



---

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

---

**BOLETIM N. 159/2018**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

**DESIGNAR**

- a contar de 15 de maio de 2018, os abaixo relacionados para integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul: PRESIDENTE: LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n. 3432793; 1º SUPLENTE DO PRESIDENTE: LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA, Coordenador Administrativo, ID n. 3448827; 2º SUPLENTE DO PRESIDENTE: MICHEL CORRÊA MURAD, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n. 3432785; MEMBROS TITULARES: LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n. 3446840, POTIBERÊ VIEIRA CARVALHO, Agente Administrativo, ID n. 3449238; MEMBROS SUPLENTE: MARLY DE BARROS MONTEIRO, Agente Administrativo, ID n. 3385892, MARIANO WESTPHALEN LORENZON, Assessor de Direção-Geral, ID n. 3442403 e DENIZ CEMBRANEL, Secretário de Diligências, ID n. 3428745, FABIOLA LEMOS BONFADINI, Assessor Superior, ID n. 3598349 (Port. 1326/2018).

- a contar de 15 de maio de 2018, os servidores LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL, ID n. 3432793, MARLY DE BARROS MONTEIRO, ID n. 3385892, LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA, ID n. 3448827, MARIANO WESTPHALEN LORENZON, ID n. 3442403, LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL, ID n. 3446840 e FABIOLA LEMOS BONFADINI, ID n. 3598349, para exercerem as atribuições de pregoeiros, nos termos do artigo 8º do Inciso III, alínea “d”, do Provimento n. 54/2002 e artigo 4º do Provimento 49/2015; o servidor LUCAS LUÍS DA SILVA, ID n. 4250486, para exercer as atribuições de administrador de cotação eletrônica de preços, nos termos do artigo 4º do Provimento 49/2015, e o servidor POTIBERÊ VIEIRA CARVALHO, ID n. 3449238, para compor a equipe de apoio, nos termos do artigo 10 do Provimento n. 54/2002 (Port. 1327/2018).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**,

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 378/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Erni Gonçalves Caetano, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santiago promoveu o arquivamento do IC n. 01223.00035/2005, instaurado com o objetivo de apurar possíveis danos ambientais, decorrentes do corte seletivo de árvores nativas, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade denominada Chácara Santa Rita, localizada no interior do Município de Itacurubi/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 379/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Manoel Silvio Assunção de Freitas, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santiago promoveu o arquivamento do IC n. 01223.00073/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental decorrente do aterramento, inclusive em área de preservação permanente, na localidade de Manoel de Freitas, município de Unistalda/RS, e para averiguar possíveis irregularidades na realização de rodeio, contrariando a Lei n. 11.719/2002.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 380/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Francisco Luiz da Fonseca Marques, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santiago promoveu o arquivamento do IC n. 01223.00068/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa em estágio de regeneração em APP, sem licença ou autorização da autoridade competente, na localidade de 20 Pinheiros, no interior do Município de Santiago/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 381/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais pela “Cooperativa Triticola São Luizense”, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santiago promoveu o arquivamento do IC n. 01223.00038/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental decorrente da ampliação, instalação e funcionamento de obra – edificação de silos – sem licença do órgão ambiental competente, no Município de Capão do Cipó/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 382/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas promoveu o arquivamento do IC n. 00824.00209/2017, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na comercialização de GLP em estabelecimento não autorizado, no Município de Pelotas/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.



**EDITAL N. 383/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n. 01304.000.459/2017, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades que estariam ocorrendo no Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), na atividade de lavagem de logradouros e limpeza dos monumentos, sem observância das anotações do fiscal de contrato, quando dos pagamentos dos serviços, em prejuízo ao erário.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 384/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo promoveu o arquivamento do IC n. 00891.00044/2016, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades relacionadas ao lote 01 do Pregão Eletrônico, n. 44/2014 no Município de São Leopoldo/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 15 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 385/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha, nos autos do AT n. 01504.00070/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível irregularidade na atuação do Secretário Municipal de Sustentabilidade, Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Cachoeirinha/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 386/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha, nos autos do RD n. 01504.00018/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia quanto ao modo de publicidade adotado pela Câmara Municipal de Cachoeirinha/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 387/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a

Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha, nos autos do RD n. 01504.00028/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de eventuais irregularidades na tramitação de expedientes na Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 388/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, nos autos do RD n. 00930.00114/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar implementação de "área azul" no Município de Viamão/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 389/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau promoveu o arquivamento do IC n. 00806.00004/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível prática de ato de improbidade administrativa pelo Prefeito do Município de Nicolau Vergueiro/RS, em negociação de terreno no Município de Marau/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 390/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Valentim promoveu o arquivamento do IC n. 00900.00010/2014, instaurado com o objetivo de apurar eventual omissão do poder público em promover a manutenção da Avenida Castelo Branco ou promover o desvio de tráfego da Rodovia RST 480 para fora do perímetro urbano do Município de São Valentim/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 391/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os Srs(a) Celi Pagel Kohler, Liane Neuenfeld Helbig, José Adali de Souza, Miriam Lisiane Radke Neutzling, Francine Mota Vilela Milech, Solange Ludwig Redu, Diego Casarin Ferreira, Maria de Lourdes Pereira Azambuja Manske e Josiane Prestes Moreira, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Canguçu promoveu o arquivamento do PP n. 01734.000.002/2018, instaurado com o



objetivo de apurar denúncia de possível omissão do Estado do Rio Grande do Sul na disponibilidade de acesso à educação por crianças em idade escolar no município.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 392/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os Srs(a) Aires Borges de Carvalho Junior, Carlos Alberto Borges dos Santos e Gláucia Gomes Borges, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Pedro Osório promoveu o arquivamento do IC n. 00823.00004/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível funcionamento irregular de olarias, sem licença ambiental no Município de Pedro Osório/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 393/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n. 01128.00173/2017, instaurado com o objetivo de averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Hemato-Hemoglobinopatias, no Município de Porto Alegre/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 394/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais da "Padaria Studio dos Pães", na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande promoveu o arquivamento do IC n. 00853.00057/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível ausência de licenciamento para estabelecimento comercial, localizado na Av. Cidade de Pelotas, n. 1004, Bairro Lagoa, no Município de Rio Grande/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 395/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. José Eduardo Mello da Silva, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo promoveu o arquivamento do IC n. 00872.00045/2017, instaurado com o objetivo de averiguar a regularidade na prestação dos serviços de

estacionamento rotativo no Município de Santo Ângelo/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 396/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça São José do Ouro promoveu o arquivamento do IC n. 00889.00129/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental em virtude da constatação de um acampamento às margens do lago UHE (Usina Hidrelétrica) de Machadinho/RS, sem possuir licença do órgão ambiental competente.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 397/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Jaime Munari, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n. 00882.00070/2017, instaurado com o objetivo de apurar possível extração de pinhão imaturo, sem licença ambiental, no Município de São Francisco de Paula/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 398/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Veranópolis promoveu o arquivamento do IC n. 00929.00060/2012, instaurado com o objetivo de apurar denúncia para averiguação dos respiros dos tanques de combustíveis subterrâneos da Abastecedora Veranense, no Município de Veranópolis/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

#### **EDITAL N. 399/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n. 00882.00049/2014, instaurado com o objetivo de apurar a regularidade sanitária do queijo artesanal serrano, no Município de São Francisco de Paula/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.



**EDITAL N. 400/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os sucessores de Liane da Rosa de Ávila, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria Justiça de Pedro Osório promoveu o arquivamento do IC n. 01808.000.136/2017, instaurado com o objetivo de apurar possível utilização indevida de equipamento funcional no Conselho Tutelar de Cerrito/RS, em prol de interesses pessoais/eleitorais

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 18 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 401/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Rosane Ribeiro Froes, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo promoveu o arquivamento do IC n. 00872.00062/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível irregularidade de loteamento na localidade de Esquina Gaúcha, Interior do Município de Entre-Ijuís/RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 18 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 402/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Pedro Trisch Brando, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n. 00882.00027/2017, instaurado com o objetivo de apurar denúncia de estocagem de pinhas e sementes de pinhão que supostamente estariam danificando a Estação Ecológica Estadual de Aratinga.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 21 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 403/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Candelária, nos autos da NF n. 01732.000.158/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar suposto nepotismo cruzado entre funcionários da Prefeitura de Candelária e Câmara de Vereadores.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 21 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 404/2018 – PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n. 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Candelária, nos autos da NF n. 01732.000.158/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil

para apurar suposto nepotismo cruzado entre funcionários da Prefeitura de Candelária e Câmara de Vereadores.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 21 de maio de 2018.

**JÚLIO CÉSAR DE MELO**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**BOLETIM N. 160/2018**

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

**REVOGAR**

- a contar de 21 de maio de 2018, a Portaria n. 1016/2000, que designou o servidor TÉRCIO BRITTO DE AQUINO, Adido Quadro Especial da SARH, ID n. 2426790, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Procuradoria de Justiça, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port. 1363/2018).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

**BENHUR BIANCON JUNIOR,**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS DE SEGURO  
PROCESSO SGCON 02405.000.027/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2018**

**CONTRATADA:** MAFRE SEGUROS GERAIS S/A; **OBJETO:** contratação de prestação de serviços de seguro para 18 (Dezoito) veículos, com cobertura para os riscos de colisão, incêndio, furto e roubo para o casco, DM e DP, RCF (Responsabilidade Civil Facultativa) e assistência 24h (abrangendo panes mecânicas e elétricas, mais serviços de guincho), conforme especificações constantes no termo de referência; **PRÊMIO GLOBAL:** R\$ 8.500,00; **FRANQUIA GLOBAL:** R\$ 23.250,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3926; **VIGÊNCIA:** das 24h de 24/05/2018 às 24h de 24/05/2020; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 10.520/02, Lei Estadual n. 11.389/99; Provimentos PGJ/RS n.os 54/02 e 33/08, e subsidiariamente, Lei Federal n. 8.666/93;

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 23 de maio de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,**

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE COMPRAS  
PROCESSO SGA N. 00588.000.241/2018  
PROCESSO SGCON N. 02405.000.056/2017  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 041/2017**

3º pedido de consumo referente à Ata de Registro de Preços 017/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 041/2017, firmada com a empresa JRV OLIVEIRA E FILHO LTDA, conforme especificações abaixo:



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2380

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Painel Divisória - Painel UV, 35mm, 1,20x2,10m, Areia Jundiá	50,00	103,50
2	Perfil H - Em aço, preto, vara com 3 metros	60,00	10,50
3	Perfil U - Em aço, preto, vara com 3 metros	100,00	8,71
4	Baguete - Em aço, preto, 1,18 metros	80,00	2,00

**Valor Total da aquisição:** R\$ 6.836,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de maio de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE COMPRAS**  
**PROCESSO SGA N. 00588.000.242/2018**  
**PROCESSO SGCON N. 02405.000.055/2017**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N. 041/2017**

3º pedido de consumo referente à Ata de Registro de Preços 018/2017, decorrente do Pregão Eletrônico N. 041/2017, firmada com a empresa MFD - MFD DECORAÇÕES E INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	Porta Completa - Porta Areia Jundiá, 35mm, 0,82x2,10m. A porta deverá vir com marco completo, testeiiras e dobradiças, sem fechadura.	6,00	195,00
2	Leito - Em aço, preto, 1,18 metros	40,00	4,50

**Valor Total da aquisição:** R\$ 1.350,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Federal n. 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de maio de 2018.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**BOLETIM N. 77/2018**

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO

PROCEDIMENTO: 00784.00003/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: firmar Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Gravataí, a fim de que não realize convênio com entidades irregulares. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar o método de comunicação utilizado entre a Central de Regulação e o SAMU – Base Gravataí. INVESTIGADO(S): Samu LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00901.000.326/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapiranga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michael Schneider Flach. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga. OBJETO: Apurar eventual irregularidade do Centro de Reintegração Social Vida Nova, em ambos os estabelecimentos (Unidade 1- Rua Padre Réus, n. 278, bairro Centro, em Sapiranga/RS e, Unidade 2- rua Alberto Schmidt, n. 468, bairro Centro, em Sapiranga/RS).. INVESTIGADO(S): Centro de Reintegração Social Vida Nova. LOCAL DO FATO: Sapiranga. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01904.000.248/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dinamércia Maciel de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Apurar ato de improbidade administrativa do professor da rede estadual, ORLI CÉSAR DA CRUZ, em razão da prática de ilícito criminal contra a dignidade sexual de aluna. INVESTIGADO(S): Orli César da Cruz. LOCAL DO FATO: Barra do Guarita.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01304.000.915/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar as condições estruturais e sanitárias do Hospital Divina Providência. INVESTIGADO(S): Hospital Divina Providência. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO 1.29.000.000794/2018-75, DO MPF, REFERENTE A POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO TRATAMENTO



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2380

DA DOENÇA FALCIFORME. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 23 de Maio de 2018.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**AVISO N. 41/2018**

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n. 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 15 de maio de 2018, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

**ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:**

IC.00711.00008/2018,	IC.00711.00010/2017,
IC.00711.00013/2016,	IC.00712.00001/2017,
IC.00714.00003/2011,	IC.00714.00006/2006,
IC.00714.00018/2003,	IC.00714.00020/2011,
IC.00714.00035/2011,	IC.00715.00021/2016,
IC.00717.00006/2015,	IC.00717.00017/2013,
IC.00718.00084/2016,	IC.00722.00003/2012,
IC.00722.00021/2016,	IC.00722.00040/2017,
IC.00722.00092/2009,	IC.00723.00015/2016,
IC.00723.00019/2015,	IC.00725.00001/2009,
IC.00725.00004/2010,	IC.00725.00010/2010,
IC.00725.00011/2011,	IC.00725.00029/2017,
IC.00725.00041/2013,	IC.00729.00010/2013,
IC.00732.00044/2009,	IC.00734.00017/2017,
IC.00735.00010/2006,	IC.00736.00010/2012,
IC.00737.00038/2014,	IC.00739.00049/2014,
IC.00739.00101/2012,	IC.00739.00109/2009,
IC.00742.00002/2016,	IC.00742.00024/2012,
IC.00743.00007/2013,	IC.00746.00006/2016,
IC.00746.00020/2015,	IC.00747.00012/2016,
IC.00747.00014/2016,	IC.00748.00006/2013,
IC.00752.00007/2012,	IC.00760.00026/2017,
IC.00761.00007/2014,	IC.00762.00039/2017,
IC.00762.00090/2013,	IC.00762.00096/2013,
IC.00762.00152/2012,	IC.00763.00032/2017,
IC.00763.00071/2017,	IC.00770.00008/2017,
IC.00770.00040/2015,	IC.00771.00030/2015,
IC.00771.00054/2016,	IC.00775.00102/2016,
IC.00775.00199/2006,	IC.00780.00042/2015,
IC.00781.00017/2016,	IC.00782.00077/2013,
IC.00783.00036/2014,	IC.00783.00036/2015,
IC.00783.00083/2013,	IC.00783.00104/2015,
IC.00791.00011/2016,	IC.00792.00004/2016,
IC.00792.00042/2009,	IC.00794.00009/2017,

IC.00797.00027/2011,  
IC.00802.00004/2017,  
IC.00811.00006/2016,  
IC.00811.00017/2015,  
IC.00811.00019/2015,  
IC.00811.00041/2012,  
IC.00813.00008/2014,  
IC.00814.00089/2017,  
IC.00820.00001/2017,  
IC.00820.00077/2017,  
IC.00820.00230/2014,  
IC.00820.00365/2010,  
IC.00823.00010/2015,  
IC.00824.00046/2017,  
IC.00824.00142/2017,  
IC.00829.00010/2017,  
IC.00833.00014/2016,  
IC.00852.00001/2016,  
IC.00852.00069/2016,  
IC.00853.00017/2017,  
IC.00853.00027/2016,  
IC.00853.00036/2016,  
IC.00853.00048/2017,  
IC.00853.00066/2016,  
IC.00853.00070/2014,  
IC.00853.00093/2014,  
IC.00855.00070/2010,  
IC.00856.00005/2015,  
IC.00857.00024/2010,  
IC.00860.00010/2014,  
IC.00862.00004/2016,  
IC.00864.00028/2013,  
IC.00864.00113/2011,  
IC.00865.00077/2013,  
IC.00868.00010/2011,  
IC.00875.00007/2017,  
IC.00875.00049/2015,  
IC.00878.00006/2016,  
IC.00878.00035/2015,  
IC.00881.00043/2014,  
IC.00882.00041/2015,  
IC.00882.00075/2017,  
IC.00883.00042/2015,  
IC.00889.00023/2011,  
IC.00889.00056/2013,  
IC.00889.00073/2015,  
IC.00890.00016/2014,  
IC.00893.00017/2013,  
IC.00894.00011/2008,  
IC.00894.00049/2016,  
IC.00897.00006/2016,  
IC.00897.00024/2015,  
IC.00898.00006/2010,  
IC.00899.00002/2009,  
IC.00899.00017/2016,  
IC.00901.00001/2016,  
IC.00901.00014/2012,  
IC.00903.00022/2014,  
IC.00906.00004/2013,  
IC.00907.00018/2017,  
IC.00909.00014/2016,  
IC.00911.00063/2017,

IC.00801.00052/2003,  
IC.00811.00001/2012,  
IC.00811.00011/2016,  
IC.00811.00018/2012,  
IC.00811.00020/2015,  
IC.00812.00019/2012,  
IC.00814.00049/2017,  
IC.00819.00007/2013,  
IC.00820.00043/2017,  
IC.00820.00137/2017,  
IC.00820.00263/2007,  
IC.00820.00390/2009,  
IC.00824.00019/2014,  
IC.00824.00049/2013,  
IC.00824.00200/2017,  
IC.00832.00041/2018,  
IC.00833.00090/2013,  
IC.00852.00021/2017,  
IC.00853.00014/2017,  
IC.00853.00022/2015,  
IC.00853.00028/2017,  
IC.00853.00041/2015,  
IC.00853.00061/2015,  
IC.00853.00067/2016,  
IC.00853.00080/2014,  
IC.00855.00032/2013,  
IC.00855.00072/2010,  
IC.00856.00018/2015,  
IC.00860.00003/2017,  
IC.00861.00033/2014,  
IC.00864.00008/2016,  
IC.00864.00033/2014,  
IC.00865.00045/2013,  
IC.00867.00034/2015,  
IC.00872.00020/2017,  
IC.00875.00027/2014,  
IC.00878.00005/2016,  
IC.00878.00011/2016,  
IC.00878.00063/2015,  
IC.00882.00012/2016,  
IC.00882.00071/2017,  
IC.00882.00079/2014,  
IC.00889.00016/2013,  
IC.00889.00026/2013,  
IC.00889.00065/2013,  
IC.00889.00075/2014,  
IC.00891.00042/2016,  
IC.00893.00052/2004,  
IC.00894.00011/2012,  
IC.00897.00003/2013,  
IC.00897.00020/2002,  
IC.00898.00001/2013,  
IC.00898.00025/2011,  
IC.00899.00004/2012,  
IC.00899.00020/2016,  
IC.00901.00006/2011,  
IC.00901.00021/2013,  
IC.00903.00025/2017,  
IC.00906.00020/2006,  
IC.00909.00010/2015,  
IC.00911.00028/2003,  
IC.00912.00006/2012,



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2380

IC.00913.00005/2015,	IC.00914.00074/2013,
IC.00914.00099/2016,	IC.00914.00108/2016,
IC.00917.00034/2014,	IC.00918.00001/2012,
IC.00918.00023/2012,	IC.00918.00032/2015,
IC.00920.00004/2016,	IC.00924.00007/2017,
IC.00924.00030/2016,	IC.00928.00015/2011,
IC.00928.00022/2016,	IC.00928.00028/2013,
IC.00929.00002/2016,	IC.00929.00011/2016,
IC.00929.00037/2016,	IC.00930.00025/2017,
IC.00931.00037/2016,	IC.00931.00072/2015,
IC.00937.00013/2012,	IC.00938.00014/2010,
IC.00941.00001/2015,	IC.00945.00002/2015,
IC.00946.00015/2014,	IC.00947.00009/2015,
IC.00949.00030/2015,	IC.00950.00016/2009,
IC.00952.00013/2015,	IC.00953.00004/2016,
IC.00953.00021/2014,	IC.01128.00010/2017,
IC.01128.00037/2015,	IC.01128.00115/2017,
IC.01128.00120/2016,	IC.01128.00194/2014,
IC.01132.00057/2011,	IC.01132.00073/2012,
IC.01134.00005/2017,	IC.01135.00016/2016,
IC.01136.00034/2012,	IC.01175.00035/2013,
IC.01175.00050/2017,	IC.01223.00032/2015,
IC.01349.00058/2011,	IC.01349.00160/2010,
IC.01349.00165/2010,	IC.01393.00005/2011,
IC.01411.00050/2013,	IC.01411.00136/2016,
PA.01134.00182/2016,	PA.01411.00022/2017,
PI.00748.00166/2017,	PI.00756.00003/2017,
PI.00783.00089/2017,	PI.00914.00036/2010,
PI.01336.00014/2016,	PR.00034.00003/2018-4,
PR.00975.00180/2018-1,	PR.00975.00185/2018-0,
PR.00975.00188/2018-4,	PR.00975.00252/2018-8,
PR.00975.00258/2018-5,	PR.00975.00271/2018-8,
PR.00975.00301/2018-3,	PR.00975.00302/2018-1,
PR.00975.00303/2018-9,	PR.00975.00318/2018-7,
PR.00975.00319/2018-5,	PR.00975.00320/2018-3.

**ARQUIVAMENTOS  
PROVIDÊNCIAS:**

IC.00879.00021/2012,  
IC.00916.00016/2013.

**HOMOLOGADOS COM**

IC.00916.00015/2013,

Os interessados poderão solicitar ao Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC – a certidão do respectivo julgamento.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 24 de maio de 2018.

**MARTHA WEISS JUNG**,  
Promotora-Assessora.